



Imprimir



Fale Conosco

Zoom+
Zoom-Edições
Anteriores

Busca

ANO VI - Número 68
Brasília, 10/10/2011

RETROSPECTIVA 2009

É com muita satisfação que o Mulheres Em Pauta apresenta essa retrospectiva do ano de 2009. Afinal, para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), que tem a missão de eliminar as desvantagens históricas a que as mulheres brasileiras ainda estão submetidas, cada passo dado nessa direção é sempre grande e, cada avanço é sempre uma vitória. Portanto, dizer que em detrimento do que se fez, avançou e conquistou, há ainda muito a ser feito, seria até redundância. A Lei Maria da Penha, uma vitória das grandes, completou três anos e vem superando obstáculos. O último deles referente à reforma do Código do Processo Penal Brasileiro, que em primeira votação manteve a lei inalterada. Dentre as questões relacionadas à lei Maria da Penha, ficam mantidas as Medidas Cautelares, que poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nas hipóteses e condições previstas, e a garantia da prisão preventiva no caso de descumprimento das medidas protetivas de urgência.

Este ano, lançamos o **"Prêmio Boas Práticas na Aplicação, Divulgação ou Implementação da Lei Maria da Penha"**. Criado para estimular a correta aplicação da legislação, o prêmio será concedido às pessoas físicas ou jurídicas indicadas por terceiros, cujos trabalhos ou ações merecem especial destaque no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher por meio da Lei Maria da Penha. São cinco as categorias disponíveis: Implantação de programas e políticas; Criação e implementação de serviços; idealização ou realização de campanhas; realização de estudos e pesquisas; e realização de matérias jornalísticas.

Também foram realizados eventos em todo o Brasil para discutir a implementação da Lei no sistema de justiça. Destes, chamamos a atenção para o I Encontro do Fonavid - Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, no Rio de Janeiro, e para o I Encontro Nacional do Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal que aconteceu em Brasília.

No Parlamento, as mulheres ampliaram suas chances de chegar aos espaços de poder e decisão. Com a minirreforma eleitoral, ficou determinado que cada partido ou coligação "preencherá" o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo; a nova legislação assegura que no mínimo 5% do total dos recursos do Fundo Partidário devem obrigatoriamente ser investidos na promoção e difusão da participação política das mulheres e que do tempo de propaganda partidária gratuita, a que todos os partidos políticos anualmente tem direito 10%, no

AGENDA

8 de março

Divulgação do resultado do "Prêmio Boas Práticas na Aplicação, Divulgação ou Implementação da Lei Maria da Penha". Criado para estimular a correta aplicação da legislação, o prêmio será concedido às pessoas físicas ou jurídicas indicadas por terceiros, cujos trabalhos ou ações merecem especial destaque no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher por meio da Lei Maria da Penha.



ACONTECEU

Ouvidoria da SPM participa de evento internacional

A experiência da Ouvidoria da SPM, foi apresentada no I Fórum Internacional de Ouvidorias/Ombudsman/Defensores Del Pueblo/Provedores de Justiça, que aconteceu de 10 a 12 de novembro no centro de eventos da CNTC, em Brasília. O evento reuniu especialistas, representantes de 15 países para consolidar propostas e parcerias

mínimo deve ser dedicado às mulheres.

Em 2009, o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher consolidou-se, tendo sido assinado por 21 governos estaduais. O Pacto figura entre as dez iniciativas finalistas do 14º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). O resultado final será divulgado em março do próximo ano.

Para dar maior visibilidade ao Ligue 180, lançamos em novembro, em parceria com o Ministério da Saúde, a campanha institucional "Uma vida sem violência é um direito das mulheres".

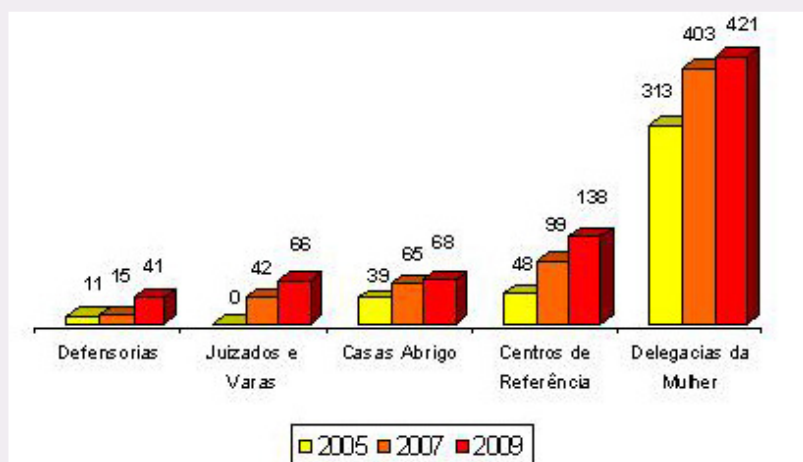
As mulheres marcaram presença em todas as Conferências que ocorreram em 2009. A SPM trabalhou juntamente com o CNDM e organizações da sociedade civil para viabilizar que nossa voz fosse ouvida. Foi assim na Conferência Nacional de Segurança Pública quando organizamos nossa participação através da iniciativa Diálogos - Mulheres e Segurança Pública e na Conferência Nacional de Comunicação através do Seminário Mulher e Mídia VI.

A celebração da chegada de um novo ano tem este poder de renovação dos compromissos, desejos, energias e também das utopias. Por isso me despeço de vocês como em todos os anos: cheia de esperança.

Nilcéa Freire

Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Doméstica I

O Pacto fechou o ano de 2009 com 21 Estados brasileiros: AC, AL, AM, AP, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MS, PA, PB, PE, PI, RJ, RN, RR, SE, SP e TO. Total de municípios beneficiados: 1.622, correspondendo a 29,1% dos municípios brasileiros. Com o Pacto, houve um fortalecimento da Rede de Serviços Especializados de Atendimento à Mulher.



Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Doméstica II

O Pacto é uma iniciativa do governo federal com objetivo de prevenir e de enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres. Consiste no desenvolvimento de um conjunto de ações, direcionadas, prioritariamente,

internacionais na área para consolidar propostas e parcerias internacionais na área de cidadania e democracia, além de possibilitar a difusão de informações, a comunicação e a integração entre as Ouvidorias Públicas. O Fórum foi promovido pela Ouvidoria-Geral da União, Petrobrás e Anvisa.

Seminário UNAIDS

Durante os dias 15 e 16 de outubro, a ministra Nilcéa Freire, da SPM, participou da reunião da "Global Task Force" (Força Tarefa Global) sobre "Mulheres, Meninas, Igualdade de Gênero e HIV (UNAIDS)", em Genebra (Suíça). O objetivo é definir recomendações estratégicas e acionáveis e mecanismos claros de responsabilização como parte de um vasto processo de fortalecimento e ampliação do compromisso político para implementar o Plano Operacional para Mulheres, Meninas, Igualdade de Gênero e HIV.

Equipe reforçada

No final de setembro, a ministra Nilcéa Freire, recebeu 42 novos funcionários na SPM. Eles foram aprovados no processo seletivo simplificado realizado pela SPM para preenchimento de 50

às mulheres rurais, negras e indígenas em situação de violência, a serem executadas até 2011. O Pacto divide-se em quatro áreas de atuação: consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e Implementação da Lei Maria da Penha; combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; promoção dos direitos sexuais e reprodutivos e enfrentamento à feminização da Aids e outras DSTs; e promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão.



Comissão Tripartite I

Foi apresentado no dia 17, no auditório da SPM, o relatório final da Comissão Tripartite, composta por representantes do Executivo, do Legislativo e da sociedade civil e, instituída pela Secretaria para elaborar proposta de revisão da Lei Eleitoral. A Comissão também produziu o Anteprojeto de Lei para ampliar a participação política das mulheres, cujas principais propostas são: garantir maior participação das mulheres na vida pública e equilibrar o espaço em campanhas eleitorais e em candidaturas a cargos eletivos. Neste ano, a Comissão concentrou esforços na minirreforma eleitoral aprovada no Congresso e espera o início das discussões sobre o assunto em 2010. Para Nilcéa Freire, o anteprojeto produzido pela comissão é o que se quer para o futuro. "Portanto, tem a marca do sonho", disse.



Comissão Tripartite II

No relatório de trabalho, estão detalhadas as ações realizadas pela Comissão que, realizou reuniões regulares e três audiências com a participação de representantes do movimento social, dos partidos políticos e do Tribunal Superior Eleitoral, para aprofundar a discussão sobre a proposta de reforma da legislação eleitoral. Participaram do evento, a deputada federal Rita Camata (PSDB-RS), as representantes do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), Patrícia Rangel, do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos Liége Rocha, do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) Brasil e Cone Sul, Rebecca Reichmann, do Instituto Patrícia Galvão, Jaciara Melo, do Instituto da Mulher Negra (Geledés) Nilsa Iraci, do Pnud Diana Costa. Clique [aqui](#) para acessar o relatório na íntegra.



Comissão Tripartite III

A Comissão responde a uma demanda colocada pelo II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres que inclui na sua estrutura o Capítulo V, "Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão". Seu objetivo é promover e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres. Instituída por meio da Portaria Nº 15 de 11 de março de 2009, ela entendeu ser fundamental a elaboração de propostas de revisão da Lei Eleitoral, de forma a garantir uma maior representatividade das mulheres no processo político, incluindo na proposta artigos que assegurassem a ampliação da participação política das mulheres. Consultou, também, projetos e outras proposições sobre o tema da participação política e do poder, em tramitação na Câmara e no Senado e realizou, também, levantamento da legislação de outros países. No período de funcionamento,

vagas de nível médio e superior. Os candidatos aprovados para as demais vagas ainda serão convocados. Durante a cerimônia, houve uma apresentação institucional da SPM aos concursados. A pauta consistiu no histórico, estrutura, competências, importância política, papel articulador x papel executor, relação com estados e municípios e relação com sociedade civil.



Conseg

No dia 27 de agosto, em Brasília, ocorreu a abertura da 1ª Conseg e contou com a participação do presidente Lula, da ministra Nilcéa Freire, da SPM, de outros ministros e autoridades. Promovida pelo Ministério da Justiça, a 1ª Conseg, foi uma iniciativa inédita destinada à superação de entraves que colocam o tema entre as três maiores preocupações dos brasileiros. Durante a Conferência foram discutidos temas como gênero, cidadania, participação popular, prevenção e repressão ao crime, entre outros. Seu objetivo é elaborar uma nova Política Nacional de Segurança Pública, que será construída a partir da participação do poder público e da sociedade civil. Na Feira de Conhecimento da, a ministra Nilcéa Freire abriu o estande da SPM,

a Comissão Tripartite incidiu, também, nas discussões para a aprovação da Reforma Eleitoral, juntamente com a Bancada Feminina, os Movimentos de Mulheres e integrantes do Fórum de Mulheres de Instâncias de Partidos Políticos, elaborando proposta de revisão da Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições. Assim, a comissão participou de audiências públicas na Câmara e no Senado, criou uma pauta mínima de propostas, participou da formulação de emendas apresentadas, enviou cartas e ofícios aos parlamentares, realizou audiência com os presidentes da Câmara e do Senado, distribuiu o documento "É hora de avançarmos", que defendia a necessidade de inclusão de pontos que possibilitassem a ampliação da participação política das mulheres, na reforma em discussão, entre outras iniciativas.



Observatório Brasil da Igualdade de Gênero

Ainda no dia 17, foi lançado o primeiro número da Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero que traz artigos e reportagens sobre mulher e poder; mulher nos espaços de decisão e na política, cotas eleitorais, enfrentamento à violência e impactos da crise sobre a vida das mulheres, entre outros temas. "A publicação é um auxílio para a formulação de políticas públicas e projetos, no parlamento, além de espelhar o que o Observatório pretende se tornar, ou seja, um ponto de interlocução entre todas as instâncias e pessoas que refletem acerca das desigualdades de gênero e atuam no sentido de mudar tal realidade", afirmou a ministra Nilcéa Freire, da SPM. [Clique aqui](#) para acessar a revista do Observatório.



Lei Maria da Penha permanece intocada I

A Lei Maria da Penha segue inalterada, de acordo com a aprovação em primeira votação, do relatório do senador Renato Casagrande (PSB-ES), sobre o Projeto de Lei (156/09), que altera o Código de Processo Penal (CPP). A apreciação aconteceu no plenário da CPP do Senado, no último dia 9.

No texto final do PL que, agora segue para apreciação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), foi assegurado, dentre outras questões relacionadas à lei Maria da Penha, que as Medidas Cautelares poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nas hipóteses e condições previstas, sem prejuízo de outras expressamente previstas em legislação especial. Também, no Capítulo das Disposições Finais, a Lei [11.340/06](#) foi alterada para incluir o artigo 26-A que garante a prisão preventiva no caso de descumprimento das medidas protetivas de urgência, como preconiza a Lei.



Lei Maria da Penha permanece intocada II

As alterações fazem parte do esforço do Governo Federal, por meio da SPM e de movimentos feministas e de gênero para garantir a integridade da Lei Maria da Penha que, após três anos em vigência, tem se mostrado um imprescindível instrumento para coibir e erradicar a violência doméstica e familiar contra a mulher. Ao analisar o texto da reforma e detectar as ameaças à Lei, a SPM solicitou parecer de outros setores do governo, como

com a mostra fotográfica "Por uma cultura de paz" e lançamentos do vídeo-documentário "Mulheres: diálogos sobre segurança pública", do livro "Segurança Pública, outros olhares novas possibilidades" e da cartilha "Mulheres: diálogos sobre segurança pública. Uma contribuição à 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública", da SPM. No dia 28, a ministra Nilcéa Freire e o secretário nacional de Segurança Pública, Ricardo Balestreri, e o coordenador do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), Ronaldo Teixeira, participaram da Mesa de Contextualização.



Encontro de Organismos Governamentais I

Aconteceu em 31 de agosto, em Brasília, o Encontro Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres, realizado pela SPM. O evento reuniu cerca de 280 mulheres gestoras de todo o Brasil com o objetivo discutir a construção dos planos estaduais e municipais de políticas para as mulheres, conforme as diretrizes previstas no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. A ministra Nilcéa Freire participou da mesa de abertura, também composta por

o Ministério da Justiça e promoveu a articulação de segmentos do sistema de justiça como Núcleos de Gênero dos Ministérios Públicos, Defensorias Públicas e Juizados ou Varas Especializadas. Nesse sentido, foram realizadas discussões, debates e eventos que culminaram na redação de emendas que substituiriam alguns artigos do PL para garantir a manutenção da boa aplicação da LMP. Ao todo, foram nove emendas, incorporadas ao relatório pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), coordenadora da bancada feminina no Senado e, única mulher sub-relatora membro da comissão criada para apreciar o projeto.

Fruto desta articulação, o relatório final aprovado na comissão temporária garante a validade da Lei Maria da Penha nesta primeira etapa de votação no Senado da reforma do Código do Processo Penal, o que não implica no arrefecimento do monitoramento do PL nas demais etapas do processo legislativo.



Geisy Arruda. Uma brasileira

Em artigo publicado na edição de dezembro da Revista Cláudia, a ministra Nilcéa Freire lembra que, passado o auge da polêmica envolvendo a estudante, resta-nos não esquecer o caso. "Geisy Arruda é uma mulher. Uma brasileira. Uma mulher - como somos todas - inserida em uma sociedade conservadora, repressora e machista e educada por ela", afirma.

[Leia o artigo na íntegra.](#)



I Encontro Nacional para efetivação da Lei Maria da Penha

O I Encontro Nacional do Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal sobre o papel do MP na implementação da Lei Maria da Penha aconteceu no início de dezembro, em Brasília. O evento foi realizado pelo Núcleo de Gênero Pró-Mulher do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), em parceria com a SPM, o Ministério da Justiça, e o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE). A ministra Nilcéa Freire disse que eventos assim começam a constituir de fato, no Brasil, uma rede de interlocução capaz de garantir plena e correta aplicação da Lei Maria da Penha. "A Lei, além de ser fruto de um processo participativo e legitimado socialmente, é um excelente instrumento para que se amplie o acesso à justiça". A ministra disse, ainda, que a expectativa para o encontro é que nele seja deliberada a criação de um fórum ou rede permanente de discussão da Lei. "Existe muito a vencer, mas estamos no caminho certo", finalizou. Participaram da cerimônia de abertura, o ministro da Justiça, Tarso Genro; o procurador-geral da República, Roberto Gurgel o procurador-geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Leonardo Azeredo Bandarra; o Secretário de Reforma do Judiciário, Rogério Favreto. A farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, que deu nome à lei contra a violência doméstica, esteve presente como convidada de honra.



Igualdade no mundo do trabalho I

A ministra Nilcéa Freire, da SPM, entregou, no início de dezembro, a parlamentares, a pro posta de anteprojeto de Lei de Igualdade no

Paula Ravanelli, subsecretária de Assuntos Federativos da Presidência da República, Ângela Nascimento, representante da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Carla Stephanini, gestora estadual do Mato Grosso do Sul, Márcia Gomes, gestora municipal de Belo Horizonte, Tereza Nascimento, secretária adjunta da SPM e Alice Portugal (PCdoB-BA), deputada federal e coordenadora da bancada feminina na Câmara Federal.



Encontro de Organismos Governamentais II

Segundo a ministra, o evento tem três grandes desafios a vencer rumo à consolidação da institucionalidade da Secretaria e dos demais organismos governamentais de políticas para as mulheres. "Como não alcançamos a nacionalização do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres o primeiro desafio é estadualizar e municipalizar o Plano para que tenha recortes e a feição de cada estado, de cada município", disse. Também acrescentou que a SPM abrirá linha de financiamento para ajudar no processo de elaboração dos planos locais. O segundo, diz

Trabalho, que cria mecanismos para garantir a igualdade entre mulheres e homens nas relações de trabalho nos meios urbano e rural e, coibir práticas discriminatórias. No senado, a proposta foi apresentada durante reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pela ministra Nilcéa Freire e, em seguida, entregue ao presidente da Comissão, Demóstenes Torres (DEM-GO). A ministra estava acompanhada por participantes da bancada feminina no Congresso, a coordenadora da bancada feminina no Senado, Serys Slhessarenko (PT-MT), por representantes do poder judiciário, de organizações da sociedade civil e de gestoras da SPM.



Igualdade no mundo do trabalho II

De acordo com Nilcéa, é urgente que se criem mecanismos para diminuir a discriminação e as diferenças entre mulheres e homens no mundo do trabalho. Ela citou os números da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, PNAD 2008, apontando que as mulheres recebem salários inferiores aos homens mesmo quando ocupam funções idênticas. Nilcéa lembrou que as mulheres já são chefes de 37% dos lares brasileiros, mas que acumulam muitas tarefas. "Além do trabalho, a mulher é colocada geralmente como única responsável pelos cuidados com os filhos, com a casa, com os idosos. Trazemos essa proposta que, humildemente, esperamos seja incorporada às demais iniciativas que já tramitam na Casa com o mesmo objetivo".



Igualdade no mundo do trabalho II

Agilidade

O senador Demóstenes Torres prometeu que vai solicitar agilidade do senador Wellington Salgado (PMDB-MG), na relatoria do PL 25/09, que prevê o aumento no valor da penalidade administrativa aplicável ao empregador que viole a obrigação de igualdade salarial entre mulheres e homens. "Vou pedir que devolva o projeto com brevidade para que possamos colocá-lo na pauta", disse. O PL é de autoria da senadora Serys Slhessarenko. Também fizeram pronunciamentos em favor da proposta as senadoras Rosalba Ciarlini (DEM-RN), presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Kátia Abreu (DEM-TO) e Ideli Salvatti (PT-SC). Na Câmara dos Deputados, Nilcéa Freire e a comitiva de mulheres, encabeçada pela deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), coordenadora da bancada feminina na Câmara, foram recebidas no plenário pelo presidente da casa Michel Temer (PMDB-SP). "Vamos examinar com carinho cívico essa proposta de igualdade no trabalho trazida pela ministra", afirmou Temer. A proposta, produzida pela secretaria e pelos ministérios da Justiça e do Trabalho, com contribuições de outras organizações e também profissionais em diversas áreas, baseia-se em princípios constitucionais, normas internacionais ratificadas pelo Brasil e convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Acesse na íntegra os documentos: [Anteprojeto de Lei de Igualdade no Trabalho](#) e [Exposição de Motivos](#).



RETROSPECTIVA

Positivas

respeito à implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. "Ele pegou. Está acontecendo numa lógica de política integral de enfrentamento. Já aderiram 18 estados e 22 apresentaram o projeto integral básico. E isso não é pouco se levarmos em consideração que a implantação começou há apenas um ano e meio", afirmou. No entanto, lembrou a ministra, o aumento na demanda exige mais recursos. "A demanda para o orçamento de 2009 é de R\$ 540 milhões. Dá frio na espinha. Mas o presidente Lula já se comprometeu de falar com o ministro Paulo Bernardo (Planejamento, Orçamento e Gestão), para pensar sobre isso", informou. Nilcéa Freire lembrou que é necessário garantir os direitos conquistados pela Lei Maria da Penha que correm, segundo ela, riscos de morte, com algumas propostas contidas na Reforma do Código Penal, atualmente em discussão. O terceiro, é ampliar a participação das mulheres nos espaços de poder e tomadas de decisão. "Para isso precisamos garantir no Senado, o mínimo do mínimo que conseguimos estabelecer na Câmara, no projeto de minirreforma política", declarou.



O filme Positivas teve sua pré-estreia no dia 30 de novembro, no Rio de Janeiro, como parte das iniciativas que marcaram o Dia Mundial de Combate à Aids, 1 de dezembro. O documentário, dirigido por Susanna Lira, acompanha a vida de Cida, Heli, Rosária, Medianeira, Sílvia, Ana Paula e Michelle, mulheres que foram surpreendidas pela notícia da doença em um ambiente até então seguro e moralmente "adequado", o do casamento ou de relações estáveis que mantinham com os companheiros. A obra aponta os principais fatores responsáveis pela feminização da Aids no país mostrando que, apesar do luto inicial que acompanha a notícia e do preconceito que vem em seguida, viver com Aids não é o fim da vida e, ao contrário, pode significar uma nova chance à vida e à sexualidade. A SPM, o Ministério da Saúde e o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS), apoiaram a realização da obra.



Medalha Pedro Ernesto

A ministra Nilcéa Freire, da SPM, se emocionou durante a homenagem promovida pela vereadora Tânia Bastos (PRB-RJ) para a entrega da maior honraria da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a Medalha Pedro Ernesto, realizada no dia 27 de novembro. De acordo com a parlamentar, a indicação da ministra independe do partido político e que o partido de ambas é o das mulheres. "Nilcéa Freire" vem realizando um excelente trabalho à frente da SPM", afirmou. Amigos, familiares e convidados ilustres estiveram presentes. A ministra fez questão de agradecer a todos e chorou ao lembrar do período que viveu exilada no México. "Quero dizer que sou uma pessoa muito feliz porque tenho uma família linda e agreguei outras famílias como a UERJ, meu partido e a imensa rede de mulheres com a qual estou convivendo desde 2004" declarou.



SPM e BR Distribuidora juntas no enfrentamento à violência

Capacitar frentistas e promotores de loja de conveniência em equidade de gênero para que auxiliem no combate à violência contra a mulher foi o objetivo do protocolo de intenções assinado pela ministra Nilcéa Freire, da SPM, e o presidente da Petrobras Distribuidora, José Lima de Andrade Neto. O acordo foi firmado no dia 22 de novembro, em evento que aconteceu no Posto Hilário de Gouveia, na Avenida Atlântica, Praia de Copacabana, Rio de Janeiro. A SPM será responsável pelo conteúdo programático do curso sobre equidade de gênero que fará parte do programa de treinamento dos profissionais envolvidos. Serão priorizados os frentistas dos postos Petrobras e os promotores das lojas BR Mania formados nas Unidades Móveis de Treinamento utilizadas pela empresa.



Campanha da Central de Atendimento à Mulher

II Encontro Nacional Pensando Gênero e Ciências I

"Que este furacão que é a SPM, se transforme em um fenômeno meteorológico e por onde ele passe continue deixando novas chances para que as Ketlins, Jeffersons, Carolinas e Sônias continuem a ser instigados como precursores de uma nova geração que faça a diferença." Assim, a aluna Ketlin dos Santos Cerqueira, estudante do ensino médio em Tanquinho (BA), agradeceu ao prêmio que recebeu pela sua redação "Hoje é o meu dia...", durante a abertura do II Encontro Nacional Pensando Gênero e Ciências e entrega do 4º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e do 3º Prêmio Margarida Alves - categoria Ensaio Acadêmico, que aconteceu no dia 24 de junho, em Brasília. Estiveram presentes à mesa de abertura a ministra da SPM, Nilcéa Freire; o presidente do IPEA, Márcio Pochmann; o secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), André Lázaro; a coordenadora do Programa de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Andréa Butto; o presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento



"Uma vida sem violência é o direito de todas as mulheres" é o slogan da campanha institucional lançada pela SPM, em parceria o Ministério da Saúde, no dia 25 de novembro. A campanha visa dar visibilidade ao número de utilidade pública - Ligue 180 - criado em 2003, pelo governo federal, destinado a receber denúncias de violência contra a mulher. Uma pesquisa realizada em março de 2009, pelo Instituto Avom/Ibope, mostra que do universo de 2002 entrevistados, apenas 0,3 indicariam o Ligue 180, para ajudar alguém que estivesse sofrendo violência doméstica. Com spot de rádio, vídeo, cartazes, folders e peças para mobiliário urbano (como paradas de ônibus), a campanha nacional busca quebrar as barreiras do medo de falar sobre a violência, incentivando as vítimas a ligarem para a Central.

Quatro anos do Ligue 180

A Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 - registrou nesses quatro anos 791.407 atendimentos, no período entre abril de 2006 e outubro de 2009. O aumento no número de registros foi de 1.704%. Fatores como a Lei Maria da Penha, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, melhorias tecnológicas e capacitação de atendentes contribuíram para esse crescimento. Dos 86.844 relatos de violência, 53.120 foram de violência física; 23.878 de violência psicológica; 6.525 de violência moral; 1.645 de violência sexual; 1.226 de violência patrimonial; 389 de cárcere privado; e 61 de tráfico de mulheres. A maioria das mulheres que buscam a Central são negras (43,3%), tem entre 20 e 40 anos (56%), estão casadas ou em união estável (52%) e possuem nível médio (25%).

Quatro anos do Ligue 180

De janeiro a outubro desse ano, a Central contabilizou 269.258 registros - um aumento de 25% em relação ao mesmo período de 2008 -, quando houve 216.035 atendimentos. Dos 29.633 relatos de violência registrado neste ano, a maioria dos agressores são os próprios companheiros. Do total desses relatos, 16.033 foram de violência física; 9.790 de violência psicológica; 2.526 de violência moral; 615 de violência patrimonial; 436 de violência sexual; 88 de cárcere privado; 29 de tráfico de mulheres; e 116 outros. Em números absolutos, o estado de São Paulo é o líder do ranking nacional com um terço dos atendimentos (87.457), que é seguido pelo Rio de Janeiro, com 12,57% (33.844). Em terceiro lugar está Minas Gerais com 6,7% (18.216). Quando considerada a quantidade de atendimentos, relativa à população feminina de cada estado, o Distrito

Científico e Tecnológico do CNPQ, Marco Antônio Zago; o diretor de avaliação da CAPES, Lívio Amaral e a diretora regional para o Brasil e o Cone sul, do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), Junia Puglia.

II Encontro Nacional Pensando Gênero e Ciências II

Segundo a ministra Nilcéa Freire, o Programa Mulher e Ciência, do qual este encontro faz parte, tem um significado especial para a Secretaria. Para Nilcéa, o campo da ciência e tecnologia pode contribuir para diminuir, em um futuro próximo, as desigualdades de gênero da nossa sociedade. "Entender o que se passa na nossa sociedade e enfrentar estas desigualdades faz com que, por meio da produção do conhecimento e análise desta realidade possamos contribuir para uma melhor e maior disseminação deste conhecimento. E, assim promover políticas públicas que transformem a realidade brasileira.", afirmou. As integrantes da mesa ressaltaram a importância da produção de conhecimento no campo dos estudos de gênero, mulheres e feminismos como instrumento para se criar uma sociedade, mais

Federal é a unidade da federação que mais entrou em contato com a Central, com 462,5 atendimentos para cada 50 mil mulheres. Em segundo lugar está São Paulo com 209,5 e em terceiro, Rio de Janeiro, com 208,7.



Feminização da Aids I

No dia 24 de novembro, foi divulgado o relatório sobre a Epidemia Global de Aids 2009 pelo coordenador do UNAIDS no país, Pedro Chequer. Participaram também do evento a ministra Nilcéa Freire, da SPM, e a diretora do Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde, Mariângela Simão. Os dados divulgados apontam que mundialmente são registrados 7,4 mil novos casos por dia, dentre eles 6,2 mil em adultos, desses 48% são em mulheres. Para Nilcéa Freire, os fatores que vulnerabilizam as mulheres vão além dos biológicos e incluem fatores como a violência contra a mulher e a dificuldade em relação a se colocar ao parceiro sobre o uso do preservativo. "As meninas muitas vezes têm vergonha, medo de sugerir o uso do preservativo", afirmou. A ministra aponta como solução o uso do preservativo feminino, que dá autonomia para a mulher se prevenir de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada. Ela disse que consta no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres a distribuição de 10 milhões de camisinhas femininas no país até 2011.



Feminização da Aids II

O relatório que traz a informação da contaminação com o vírus HIV aponta o aumento de contágio nos adolescentes: entre 13 e 19 anos, para cada 8 meninos infectados, 10 meninas contraem a doença. Outro dado alarmante diz respeito à incidência da doença entre senhoras com mais de 50 anos, que triplicou nos últimos 10 anos. [Leia a íntegra do relatório.](#)



Seminário Mulher e Mídia I

Debater e sintetizar propostas visando à construção de políticas públicas na área de comunicação que contemplem o olhar das mulheres, para serem encaminhadas à I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) foi uma das missões do VI Seminário A Mulher e A Mídia. O evento, que ocorreu entre os dias 6 e 8 de novembro, no Rio de Janeiro, é uma realização da SPM, do Instituto Patrícia Galvão, do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Mulher (Unifem) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. A ministra Nilcéa Freire, da SPM, participou da mesa de abertura e afirmou que o evento está mais maduro. "Ao longo desse tempo fomos nos capacitando e esse conjunto diverso de mulheres que vem aqui, ganhou acesso a novos conteúdos, a novas discussões. Hoje, isso pode ser refletido na atuação cotidiana dessas mulheres que compõem redes sociais, organizações não-governamentais, governos", afirmou.



Seminário Mulher e Mídia II

As participantes do VI Seminário A Mulher e A Mídia formularam, por

igualitária e com oportunidades idênticas para pessoas de ambos os sexos e das diferentes raças e etnias. Nesta quarta edição, o Prêmio recebeu a inscrição de mais de três mil trabalhos, o que significa um aumento de 247% em relação ao ano anterior. O Encontro ocorreu do dia 24 a 26 de junho e reuniu representantes de mais de 150 núcleos e grupos de pesquisas, com o objetivo de propor recomendações que fortaleçam as políticas de ampliação da participação das mulheres na ciência.



Projetos para mulheres I

A ministra Nilcéa Freire, da SPM, e o prefeito do Rio, Eduardo Paes, lançaram no dia 26, no Palácio da Cidade, em Botafogo (RJ), os projetos "Mulheres Construindo um Novo Rio" e "Mulheres Artesãs do Bairro de Noel", que vão capacitar cerca de 200 mulheres para as áreas de construção civil e de artesanato. Durante a solenidade, também foi lançada, a campanha de divulgação da Central de Atendimento à Mulher "Ligue 180" nos transportes coletivos da cidade iniciando-se pelos ônibus. A solenidade contou com a presença dos secretários municipais Alexandre Sansão (Transportes), Marcelo Costa

meio de grupos de trabalho, um documento com propostas a serem levadas à Conferência, que aconteceu no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, de 14 a 17 de dezembro, com o tema Comunicação: Meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital. O texto destaca a comunicação como um direito e como meio de participação popular e, ainda, a necessidade de se construir políticas públicas que promovam a apropriação das novas tecnologias pelas mulheres, estimulem a produção e difusão de conteúdos não discriminatórios e não estereotipados, valorizando as dimensões de gênero, raça, etnia, orientação sexual, idade; promovam valores colaborativos e a produção compartilhada de conteúdo pelas mulheres.



Brasil, Argentina e Paraguai de mãos dadas

A SPM, em parceria com as Secretarias de Mulheres da Argentina e do Paraguai, criaram o Núcleo da Mulher na Casa do Migrante, em Foz do Iguaçu (PR). A unidade foi inaugurada no início de novembro e tem como objetivo identificar casos de violência e tráfico contra a mulher migrante, além de encaminhá-las aos serviços de atendimento à mulher dos três países. Com essa iniciativa inédita no mundo, o Brasil se consolida como referência internacional em políticas públicas no enfrentamento ao tráfico de mulheres.

A ministra da SPM, Nilcéa Freire, a ministra da Mulheres do Paraguai, Maria Gloria Rubin e a representante da ministra da mulher da Argentina participaram do evento e, na ocasião, assinaram um memorando de entendimento para cooperação regional na tríplice fronteira, visando minimizar o tráfico de mulheres na região. A ação é resultado da parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, através do Conselho Nacional de Imigração, Ministério das Relações Exteriores, Prefeitura de Foz de Iguaçu e governos da Argentina e Paraguai.



Assinatura do Pacto I



Foto: Ascom/FAMURS

Os municípios gaúchos de São Leopoldo, Sapiranga, Bagé, Canoas, Barão, Gravataí, Novo Hamburgo, Santa Rosa, Cachoeirinha, Sapucaia do Sul, Esteio, Caxias do Sul, Bom Retiro do Sul, Capão da Canoa, Cruz Alta, Dois Irmãos, Taquari, Santiago, Santana do Livramento, Trindade do Sul, Bento Gonçalves, Venâncio Aires, assinaram termo de cooperação técnica para adesão ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, no dia 5 de novembro, em Porto Alegre. A assinatura do documento se deu entre a ministra Nilcéa Freire e os prefeitos municipais, como parte da programação do Fórum Estadual sobre Políticas para as Mulheres, que aconteceu na cidade, promovido pela Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), com o apoio da prefeitura de São Leopoldo.



Assinatura do Pacto II

(Desenvolvimento Econômico Solidário) e Jorge Bittar (Habitação), da secretária de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado, Benedita da Silva, de funcionárias da Cofix (um dos primeiros a empregar mulheres na construção civil) entre outras autoridades.



Projetos para mulheres II

Em seu discurso, Nilcéa Freire enalteceu o trabalho realizado e a importância do evento. "Se pudessemos representar o trabalho da secretaria como uma figura geométrica, ela seria um triângulo, com vértices que representam mais cidadania, mais autonomia e menos violência para as mulheres brasileiras. E é disso que trata esse conjunto de projetos que estamos trabalhando. Através do transporte urbano do Rio de Janeiro teremos a possibilidade de ampliar o conhecimento sobre a Central de Atendimento à Mulher", disse a ministra. "Esses projetos visam fortalecer a autonomia econômica e pessoal e a cidadania das mulheres brasileiras, em especial das mulheres do Rio de Janeiro", ressaltou Nilcéa.



Projetos para mulheres III

Na ocasião, a ministra anunciou o

A ministra Nilcéa Freire, o governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, e prefeitos municipais assinaram, no dia 16/11, em Boa Vista-RR, Acordo de Cooperação Federativo para a implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. O evento aconteceu no Salão Nobre do Palácio do Governo. Participaram da cerimônia prefeitos, vereadores, deputados federais, estaduais, secretários, representantes do Tribunal de Justiça e do Ministério Público e o senador Romero Jucá (PMDB-RR).



Seminário - Igualdade de gênero I

A SPM e o escritório da OIT no Brasil realizaram, nos dias 12 e 13 de novembro, em Brasília, o seminário internacional Políticas e Práticas de Igualdade de Gênero no Mundo do Trabalho. Participaram da abertura a ministra Nilcéa Freire, da SPM, de Laís Abramo, diretora do escritório da OIT no Brasil e de Eduardo Gutierrez, representante residente interino do PNUD no Brasil. O objetivo do seminário, que reuniu cerca de 200 pessoas, foi propiciar um espaço de troca de experiências nacionais e internacionais, que possibilite reflexão e ação sobre a importância do fortalecimento de políticas públicas e de leis de igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho.



Seminário - Igualdade de gênero II

Pró-Equidade

Durante o seminário internacional Políticas e Práticas de Igualdade de Gênero no Mundo do Trabalho, a ministra Nilcéa Freire, da SPM, assinou o termo de compromisso com presidentes e representantes de 72 organizações que participam da 3ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero. O Programa pró-equidade de gênero está na terceira edição (209/2010) e tem 72 organizações públicas e privadas inscritas. O programa visa contribuir para a eliminação de todas as formas de discriminação no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego, por meio de ações que buscam conscientizar e sensibilizar dirigentes, empregadores/as e estimular práticas de gestão que promovam a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres dentro das organizações. A realização é da SPM, em parceria com a OIT e o UNIFEM.



Seminário - Igualdade de gênero III

Relatório Regional

Também como parte da programação do seminário internacional Políticas e Práticas de Igualdade de Gênero no Mundo do Trabalho Na ocasião, Maria Elena Valenzuela, especialista em gênero para América Latina e Caribe da OIT, fez o lançamento no Brasil do relatório regional OIT: Trabalho e Família: Rumo a novas formas de conciliação com co-responsabilidade social. O relatório apresenta as tensões na relação entre trabalho e família na América Latina e no Caribe, formulando recomendações de políticas públicas que fomentem o compartilhamento e a co-responsabilidade social entre homens e mulheres nas tarefas de cuidado da família, mas sem esquecer o papel do estado, do mercado e das famílias.



lançamento dos projetos em outras capitais, como Macapá, Belo Horizonte e Maceió, e comemorou a parceria com o governo municipal. "Até o fim do último ano ainda não tínhamos conseguido estabelecer parcerias com o município do Rio como esta que estamos estabelecendo hoje com o governo do prefeito Eduardo Paes. Essa união será muito importante para as mulheres do Rio", disse. O prefeito Eduardo Paes destacou a importância dos projetos para a valorização da mulher no mercado de trabalho. "Estar aqui hoje, estabelecendo esse conjunto de programas, é um motivo de enorme alegria, pois vejo mulheres de comunidades carentes tendo a oportunidade de se capacitar e ingressar no mercado de trabalho. Espero que esta iniciativa seja o início de um processo de muitas transformações na vida das mulheres da nossa Cidade", disse o prefeito.



Projeto Mulheres Construindo um Novo Rio

O projeto Mulheres Construindo um Novo Rio vai capacitar 150 mulheres na área da construção civil, sendo 50 mulheres do Morro da Formiga, 50 de Vila Paciência, e 50 da Kelson. Vai beneficiar mulheres entre 18 e 40 anos, que se encontram

Política Nacional de Abrigamento I

"Política Nacional de Abrigamento a Mulheres em situação de violência: desafios e propostas" foi o tema do workshop realizado pela SPM, nos dias 18, 19 e 20 de novembro, em Brasília. Na ocasião foram discutidas, com organismos governamentais e não-governamentais, novas formas de se pensar o abrigamento de mulheres em situação de violência, de modo que as políticas públicas respondam por diferentes tipos de agressão às mulheres, como o tráfico.



Política Nacional de Abrigamento I

A ministra Nilcéa Freire, da SPM, participou da abertura do workshop e falou que uma nova política de abrigamento pressupõe a soma dos serviços que já existem - Casas abrigo, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams), Centros de Referência, Defensorias da mulher, Promotorias, Juizados Especializados de Violência Doméstica e familiar contra a Mulher e também a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) - com novas estruturas de atendimento. O workshop Política Nacional de Abrigamento a Mulheres em situação de violência: desafios e propostas teve, ainda, painéis sobre o histórico e aspectos conceituais das Casas-Abrigo, Lei Maria da Penha, as medidas protetivas de urgência e a Central de Abrigamento; e os desafios da Política Nacional de abrigamento, além da tipificação dos serviços de alta complexidade e o programa de proteção a vítimas e testemunhas. A experiência de Casas-Abrigo na Inglaterra foi apresentada pela professora Gill Hague, da University of Bristol (Inglaterra). Participam do workshop representantes dos organismos de políticas para as mulheres, de centros de referência da mulher, casas-abrigo e núcleos de enfrentamento ao tráfico de mulheres; representantes dos movimentos de mulheres e do enfrentamento ao tráfico de mulheres; da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério da Justiça e Ministério do Desenvolvimento Social.



16 dias de Ativismo pelo fim da Violência contra as Mulheres I

Lançada, no dia 18 de novembro, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, em Brasília, a Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres 2009. Uma vida sem violência é um direito das mulheres. Comprometa-se. Tome uma atitude. Exija seus direitos - são frases da campanha, que termina no dia 10 de dezembro. O propósito da campanha é mobilizar a população para o enfrentamento da violência contra as mulheres e disseminar informações buscando soluções para a situação de violência a que estão expostas mulheres de todo o mundo, nas diferentes raças/etnias, idades e classes sociais. A ação também busca mostrar que todos são responsáveis, cada um com seu papel, na busca de soluções para mudar a realidade de mulheres agredidas fisicamente, psicologicamente e moralmente.



16 dias de Ativismo pelo fim da Violência contra as Mulheres II

em situação de vulnerabilidade social, com escolaridade acima da 6ª série, e que preferencialmente sejam atendidas pelo programa Bolsa Família. Também serão aceitas mulheres que não tenham conseguido ter acesso a nenhum programa do governo por estarem abaixo dos quesitos exigidos pelos programas. O curso desenvolvido para as mulheres será dividido em quatro fases: capacitação Cidadã (formação em gênero, raça/etnia, cooperativismo, economia solidária, meio ambiente, mercado de trabalho, segurança e saúde no trabalho); capacitação em alvenaria; capacitação em pintura ou em assentamento de cerâmicas e azulejista e montagem de cooperativa. Ao concluírem o curso, as mulheres ganharão um kit ferramenta para poder dar início ao seu trabalho.



Inauguração da nova sede da SPM

Aproveitando as comemorações do 8 de março, a nova sede da SPM foi inaugurada, no último dia 9. Para mostrar as novas instalações, a ministra Nilcéa Freire recebeu os convidados com um café da manhã. Estavam presentes, o ministro da Saúde, José Gomes

Este ano, o tema da mobilização nacional é focado nas chamadas violências "sutis", ou seja, atos de violência moral, psicológica e de controle econômico e de sociabilidade, entre outros, considerados "normais" ou "naturais" por estarem arraigados nas relações de gênero e porque, muitas vezes, não são direta ou claramente percebidos como violência pela sociedade e pelas próprias mulheres vitimadas. Realizada em 159 países, a edição nacional da Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres é coordenada pela Agende Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento, em parceria com a SPM, redes e articulações nacionais de mulheres e de direitos humanos, órgãos governamentais, representações de agências da ONU no Brasil, empresas públicas e privadas.



Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Com o tema Efetividade da Lei Maria da Penha, aconteceu, no Rio de Janeiro, o I Encontro do Fonavid - Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. A abertura do evento contou com a presença da ministra Nilcéa Freire, da SPM. Os objetivos do Fonavid são compartilhar experiências e uniformizar procedimentos afetos à Lei Maria da Penha, discutir as decisões oriundas dos Juizados e Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher sob o prisma da efetividade jurídica e, ainda, avaliar as vantagens e desvantagens de ampliação de competência do sistema.

O I Fonavid foi realizado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado com o apoio da SPM, Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Associação dos Magistrados Brasileiros e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, com apoio da SPM.



Relatório de avaliação setorial

Está disponível para consulta de toda a sociedade o relatório de avaliação dos resultados alcançados pela SPM em seus programas do PPA no ano de 2008. Anualmente, todos os órgãos do governo federal devem preencher o SIGplan (Sistema de Informações gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual), informando sobre suas realizações em relação ao ano imediatamente anterior. São informados os principais resultados alcançados, as dificuldades e os desafios enfrentados, as execuções física e financeira, a evolução dos indicadores associados a cada programa, entre outras informações. Até o ano passado, a publicação dos cadernos setoriais - que trazem todas estas informações - estava a cargo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A partir deste ano, todos os cadernos serão publicados diretamente pelos órgãos em seus sites. A ideia é torná-los mais visíveis ao público que acompanha mais imediatamente e tem interesse nas ações de cada área temática, bem como explicitar e reafirmar o compromisso dos órgãos com a transparência de suas ações e o controle social.

[Veja a íntegra do documento.](#)



Temporão, o secretário de alfabetização e diversidade do MEC, André Lázaro, a diretora regional do Unifem Brasil e Cone Sul, Ana Falu, representantes do UNFPA, Alana Armitage, da UBM, Liege Rocha, a presidente do PMDB Mulher, Maria Elvira, conselheiras do CNDM, oficiais da marinha, entre outras e outros companheiros/as de governo e da sociedade civil.



Simpósio: Igualdade de gênero I

Cerca de 450 representantes de governos, ativistas, pesquisadores, universidades e sociedade civil de mais de 70 países se reuniram durante cinco dias, no Rio de Janeiro, para discutir como envolver homens na promoção da equidade de gênero. O Simpósio Global Engajando Homens e Meninos pela Equidade de Gênero, realizado por organizações não-governamentais de diversos países, com o apoio da SPM e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), foi aberto no dia 30 de março com a presença da ministra da SPM, Nilcéa Freire e de diretoras do sistema ONU. A ideia de discutir o envolvimento dos homens na promoção da equidade de gênero é tentar acabar com

Prefeituras reaparelhadas I

Como consequência do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, a SPM e o Governo do Estado do Rio de Janeiro entregaram à prefeituras fluminenses, em outubro, oito carros para o reaparelhamento e a readequação dos serviços de atendimento à mulher vítima de violência. O evento aconteceu no Quartel Geral do Corpo de Bombeiros e contou com a presença da ministra da SPM, Nilcéa Freire, da primeira-dama do Estado e presidente de honra do RIO SOLIDARIO - Obra Social do Rio de Janeiro-, Adriana Ancelmo Cabral; e da secretária de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado, Benedita da Silva. Além dos carros, foram comprados mobiliários, computadores e material gráfico para a criação de um banco de dados sobre a violência contra a mulher. Houve ainda capacitação de pessoal. Segundo a ministra Nilcéa Freire, o país tem dado importantes passos com a implementação do Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher. O Rio de Janeiro foi o primeiro estado a aderir a iniciativa. Sérgio Cabral foi o primeiro governador a participar. Hoje, já temos a adesão de 21 estados. "No Rio, já inauguramos, desde o final de 2008, centros regionais especializados em Cabo Frio, Paracambi, Itaboraí e Itaperuna", contou.

Prefeituras reaparelhadas II

Representando o governador Sérgio Cabral, a primeira-dama, que também recebeu um dos carros como presidente do Rio Solidário que mantém um abrigo para mulheres vítimas de violência, disse estar feliz com a iniciativa e mais ainda por ter sido agraciada com um dos carros. A Casa Abrigo Lar da Mulher, criada em março de 2007, tem como objetivo interromper o ciclo de violência doméstica, garantindo às vítimas e seus filhos condições de proteção por meio de mecanismos de articulação e integração às redes de assistência psicológica, social e jurídica. "Estamos construindo uma parceria com o governo federal que permita o desenvolvimento de uma política forte no combate à violência contra a mulher. Essa política era praticamente inexistente em nosso estado", ressaltou a secretária de Assistência Social e Direitos Humanos, Benedita da Silva.

SPM é classificada em concurso da Enap

A SPM é uma das classificadas para a terceira etapa do 14º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Ao todo, são 20 finalistas e o resultado final será divulgado em março de 2010. O título da prática inovadora da SPM é o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. O concurso é uma iniciativa da ENAP em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e conta com o apoio da Embaixada da França, da Cooperação Espanhola, da Escola Canadense do Serviço Público - CSPS, da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional - CIDA e da Agência de Cooperação Internacional do Japão - JICA. Desde 1996, premia práticas inovadoras dos órgãos públicos que promovam o aumento da qualidade do atendimento e eficácia dos serviços ofertados a população.

estereótipos de masculinidade, que contribuem para a violência contra as mulheres, e promover discussões sobre paternidade, saúde e violência.

Simpósio: Igualdade de gênero II

Na abertura, a ministra Nilcéa Freire disse que a desigualdade faz muito mal ao desenvolvimento dos povos. "Se queremos um desenvolvimento realmente sustentável, temos que trabalhar, temos que lutar cotidianamente pela igualdade. É uma preocupação hoje de estados, governos e sociedade, mas que tem que ser traduzida em compromissos e em ações", disse a ministra. Para a diretora executiva do Unifem, Inés Alberdi, a luta para erradicar a violência de gênero tem sido liderada, em grande parte, por mulheres, enquanto os homens têm sido excluídos do processo. Hoje, segundo ela, não se pode mais trabalhar apenas dessa forma. Segundo a diretora executiva adjunta do UNFPA, Purnima Mane, o desafio do simpósio é fazer com que as propostas convençam homens e meninos a contribuir com a equidade de gênero. Esse encontro é singular na história da humanidade!", proclamou

Campanha Maltrato Zero I



No dia 1º de outubro, o governo federal, por meio da SPM e da Secretaria Nacional da Juventude, lançou, no Brasil, em parceria com a Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB) a campanha de Sensibilização contra a Violência de Gênero nos países Ibero-americanos "Maltrato Zero". Trata-se de uma campanha destinada aos jovens dos países ibero-americanos para conscientizá-los sobre a igualdade e a violência de gênero. O evento aconteceu no SESC Vila Mariana, em São Paulo, e contou com a presença da ministra Nilcéa Freire, da SPM, do secretário-Geral da SEGIB, Enrique Iglesias, e do secretário Nacional da Juventude, Beto Cury. É a primeira vez que os países Ibero-americanos participam de uma ação conjunta com uma única mensagem em prol da igualdade de gênero. Elaborada pela SEGIB e pela Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), a iniciativa obedece a uma determinação da XVIII Conferência Ibero-americana de El Salvador, realizada em 2008. Para a ministra Nilcéa Freire, da SPM, a promoção da igualdade de gênero e o enfrentamento à violência "só será possível com a participação de toda a sociedade, inclusive dos jovens".



Campanha Maltrato Zero II



A campanha tem por objetivo unir toda a sociedade ibero-americana, em especial a juventude, para se comprometerem contra a desigualdade e a violência de gênero através do movimento "Maltrato Zero". Dirigida a 21 países, a campanha pretende atingir uma população de 150 milhões de jovens. Ela conta com um site www.maltratozero.com que contém spots de rádio, filmetes de televisão, cartazes, informa, dados sobre violência doméstica, depoimentos, manifestos, entre outros. Todo o material foi feito em Português e Espanhol.



Transpetro tem a primeira comandante mulher

Hildelene Lobato Bahia, de 34 anos, é a primeira comandante mulher da frota da Petrobrás Transportes S.A (Transpetro). Hildelene Lobato Bahia é formada em Ciências Contábeis e é integrante da primeira turma da EFOMM do Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar (Ciaba), em Belém. Já no posto de 1º Oficial de Náutica, assumiu a função de 1º Piloto no Navio-Tanque Lorena BR da Transpetro (PETROBRAS) e desde 2005 ocupa a função de Imediato do mesmo navio, sendo a primeira brasileira a atingir esse patamar na carreira de marítimos.



a representante do UNFPA no Brasil, Alanna Armitage, em seu discurso de abertura. Na ocasião, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, enviou mensagem aos participantes do evento sobre a campanha "Unidos pelo Fim da Violência contra Mulheres e Meninas" e o papel da sociedade para a igualdade de gênero. "Nenhum país, nenhuma cultura foge dessa política. A violência contra mulheres e meninas é a forma mais odiosa de violência", apontou Ban Ki-moon. E conclamou: "Homens de verdade não oprimem nem violam mulheres".



Simpósio: Igualdade de gênero III

A cerimônia também contou com o diretor executivo do Programa das Nações Unidas para HIV e Aids (Unaid), Michel Sidibé, a representante do Departamento de Gênero, Mulheres e Saúde (WHO), de Genebra, Peju Olukoya, a coordenadora-residente da ONU no Brasil, Kim Bolduc, o Embaixador do Canadá no Brasil Paul Hunt, além de representantes de diversas organizações da sociedade civil espalhadas pelo mundo.



Prêmio Nobel em 2009

Dos dez prêmios outorgados pelo Nobel 2009, cinco - nas áreas

de Medicina,
Química,
Literatura e Economia
- foram obtidos por
mulheres. É um número
recorde. Desde 1901,
quando foi instituído, o
prêmio foi concedido a
apenas 35 mulheres, de
um total de 789 nomes.
As agraciadas foram a
bióloga Elizabeth Helen
Blackburn e a bióloga
molecular Carol W.
Greider, que dividiram o
Nobel de Medicina com
Jack William Szostak,
também biólogo. A
ganhadora do Nobel de
Química foi a israelense
Ada E. Yonath, que
dividiu o prêmio com o
físico Venkatraman
Ramakrishnan e com o
químico Thomas Arthur
Steitz. Já o Nobel de
Literatura ficou com a
escritora Herta Müller. E
a cientista política Elinor
Ostrom, primeira mulher
a conquistar o Nobel de
Economia, dividiu o
prêmio com Oliver Eaton
Williamson, economista.

**Expediente:**

ASCOM/SPM

Jornalista responsável:

Gabriela do Vale (DF 2488JP)

Editoração: ASCOM/SPM

Telefone: (55 61) 3411-4214

spmimprensa@spmulheres.gov.br

O conteúdo do boletim pode ser
reproduzido parcial ou totalmente,
desde que seja citada a fonte.

Hildelene Lobato Bahia, de 34 anos, é a primeira comandante mulher da frota da Petrobrás Transportes S.A (Transpetro). Hildelene Lobato Bahia é formada em Ciências Contábeis e é integrante da primeira turma da EFOMM do Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar (Ciaba), em Belém. Já no posto de 1º Oficial de Náutica, assumiu a função de 1º Piloto no Navio-Tanque Lorena BR da Transpetro (PETROBRAS) e desde 2005 ocupa a função de Imediato do mesmo navio, sendo a primeira brasileira a atingir esse patamar na carreira de marítimos.



Fotos: Cláudia Ferreira

Minirreforma eleitoral I

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou no dia 29 de setembro, o projeto da minirreforma eleitoral aprovado no Congresso Nacional. A articulação da Comissão tripartite instituída pela SPM em conjunto com a Bancada Feminina do Congresso Nacional e o movimento feminista e de mulheres foi fundamental para mais essa conquista das mulheres brasileiras. A nova Lei Eleitoral recebeu três vetos do presidente: a regulamentação do debate eleitoral na Internet, a possibilidade de parcelamento de multas eleitorais pela Receita Federal e a flexibilização da tabela de dedução no Imposto de Renda das emissoras de rádio e TV para a veiculação dos programas eleitorais. As novas regras entram em vigor nas próximas eleições de 2010.

[Íntegra da Lei 12.034](#)



Minirreforma eleitoral II

Mudanças que beneficiam diretamente as mulheres:

1. O parágrafo terceiro do artigo 10 da Lei 9.504/1997 passa a vigorar com a seguinte redação: Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação "preencherá" o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.

Na redação anterior a palavra utilizada era "reservará". Com a mudança os partidos têm de, necessariamente, manter a proporcionalidade de um mínimo de 30% e um máximo de 70% por sexo na sua lista de candidaturas.

2. São acrescidos o inciso V e o parágrafo 5º ao Artigo 44 da Lei 9.096/1995 que regula a aplicação de recursos do Fundo Partidário:

V. Na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres conforme percentual que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 5% do total.

§ 5º o partido que não cumprir o disposto no inciso V do caput deste artigo deverá, no ano subsequente, acrescer o percentual de 2,5% do Fundo Partidário para essa destinação, ficando impedido de utilizá-lo para atividade diversa.

3. O artigo 45 da Lei 9.096/1995, que trata da propaganda partidária gratuita fica acrescido do inciso IV:

IV - promover e difundir a participação política feminina, dedicando às mulheres o tempo que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 10%.



Baixa representatividade

Segundo levantamento da União Interparlamentar (UIP), em setembro de 2008, as mulheres brasileiras representavam apenas 9% da Câmara Federal - o que colocava o Brasil na 142ª colocação no ranking entre os 188 países pesquisados. O número brasileiro impressiona mais ao comparado com outros países caribenhos, centro e sul-americanos. Em Cuba, as mulheres ocupam 43,2% das cadeiras do parlamento; na Argentina, 40%; no Peru, 29,2%; no Equador, 25%; na Venezuela, 18,6%; na Bolívia, 16,9%; no Chile, 15%; e no Paraguai, 12,5%. Nas Américas, o Brasil permanece à frente apenas da Colômbia, do Haiti e de Belize.



ONU: nova Agência para mulheres

A Assembléia Geral da ONU aprovou, em setembro, a criação da Agência das Nações Unidas para as Mulheres, que deverá unificar e consolidar o trabalho desenvolvido pelas quatro estruturas que atuam na promoção da equidade de gênero e empoderamento das mulheres. São estas: Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM), Assessoria Especial do Secretário Geral para Assuntos de Gênero (OSAGI), Divisão das Nações Unidas para o Avanço das Mulheres (DAW) e Instituto Internacional de Pesquisa e Treinamento para o Avanço das Mulheres (INSTRAW).

A Agência é um instrumento capaz de garantir mais recursos para as disputas políticas das mulheres, melhoria no assessoramento aos países e governo e mais integração das agências das Nações Unidas na agenda da equidade de gênero. A autoridade máxima da nova Agência das Nações Unidas para as Mulheres terá status de Subsecretária Geral - terceira posição da hierarquia do sistema ONU.



Site reformulado



O sitio "Mais Mulheres no Poder"

www.maismulheresnopoderbrasil.com.br

passou por algumas alterações, foi ampliado e relançado em setembro. Agora, estão disponibilizadas também informações sobre Executivo, Legislativo, Judiciário, Empresa e Sociedade. O destaque do novo conteúdo ficou para a divulgação dos resultados da pesquisa A Presença Feminina no Poder Executivo nos Estados, realizada pelo site e pela SPM. O relançamento contou com a divulgação do estudo sobre a presença feminina no Poder Executivo nos Estados.



Pesquisa

A pesquisa revela a continuidade da sub-representação feminina no primeiro escalão dos Governos Estaduais e do Distrito Federal, assim como já revelado nas capitais. São 528 secretarias, 87 mulheres (16,48%) e 441 homens (83,52%). O estudo também revela que a maioria das secretárias ocupa pastas ligadas a Políticas Sociais, 73,56%, demonstrando uma clara tendência de delegar às mulheres pastas relacionadas ao cuidado e à extensão do doméstico. As informações foram apuradas entre os dias 4 de maio e 4 de julho, junto aos 26 Estados Brasileiros e ao Distrito Federal. A região Norte tem o maior percentual de secretárias, 21,32%, e Mato Grosso do Sul é o estado que mais próximo chega à paridade entre mulheres e homens no primeiro escalão estadual, com 45,45%. [Veja a íntegra do estudo](#)



Secretarias nas Capitais e nos Estados

Comparando com o estudo das capitais, o dado positivo do estudo é que existe um maior número de Secretarias de Políticas para as Mulheres, cinco, enquanto nas capitais existe apenas uma Secretaria que recebia essa denominação. Entretanto, a nova pesquisa revela que a presença feminina nos estados, 16,48%, é menor que nas capitais, 19,85%, e que nas pastas relacionadas a Políticas Sociais, as secretárias representam bem mais que nas capitais, 73,56%, contra 59,49%. Os dados mostram que a presença feminina diminui à medida que aumenta a hierarquia do poder, e a elas são reservados os postos mais tradicionais, a área social, reafirmando uma visão bastante conservadora do "lugar" da mulher.



Desigualdade afeta mulheres e negros I

As diferenças salariais de etnia e gênero continuam sendo grandes desafios na América Latina apesar do recente crescimento econômico e de políticas destinadas a reduzir a desigualdade, de acordo com um estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O estudo constatou que os homens ganham mais que as Mulheres em qualquer faixa de idade, em todos os níveis de instrução, em qualquer tipo de emprego (autônomos, empregadores e empregados) e em empresas grandes ou pequenas. Apenas as Mulheres das áreas rurais ganham, em média, o mesmo que os homens. As diferenças salariais entre os gêneros variam muito entre os 18 países. Os homens ganham 30% a mais que as Mulheres no Brasil quando ambos têm a mesma idade e nível de instrução, por exemplo, enquanto na Bolívia a diferença é muito pequena.



Desigualdade afeta mulheres e negros II

Em análise de informações domiciliares de 18 nações latino-americanas, o estudo conclui que mulheres e minorias étnicas ainda estão em clara desvantagem. As mulheres na região ganham menos que seus colegas homens, mesmo que tenham melhor nível de instrução. Uma comparação simples dos salários médios indica que os homens ganham 10% a mais que as mulheres. Quando, porém, os economistas comparam homens e mulheres com a mesma idade e nível de instrução, a diferença salarial entre homens e mulheres é de 17%. Essas descobertas fazem parte de uma série de estudos que analisam as diferenças salariais em vários países da América Latina. O documento de trabalho *New Century, Old Disparities: Gender and Ethnic Wage Gaps in Latin America*, resume os dados referentes a toda a região com metodologia que possibilita medidas mais precisas das defasagens de salários. A metodologia é comparar os salários de indivíduos com as mesmas características demográficas e de emprego, como idade, nível de instrução, local de residência e tipo de emprego, entre outras.



Conselheiras discutem controle social I

Autonomia econômica, política e financeira; escolha de dirigentes por meio de eleição; garantia, em seus quadros, da representação dos movimentos sociais; recursos para capacitação; criação de normas, regimentos e referenciais básicos. Essas foram algumas das reivindicações que resultaram dos grupos de trabalho formados no último dia do Seminário Conselhos de Direitos e Controle Social das Políticas Públicas para Mulheres, realizado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em Brasília, em setembro. Os objetivos do seminário foram fortalecer os conselhos de direitos da mulher como instrumentos de controle social das políticas públicas para as mulheres respeitando sua autonomia; instituir mecanismos de articulação política e comunicação dos conselhos entre as três esferas de governo e; reafirmar o compromisso dos conselhos estaduais com a construção de planos locais de políticas públicas para as mulheres orientados pelo II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM).



Conselheiras discutem controle social II

O evento reuniu cerca de cem pessoas entre presidentas e representantes dos conselhos estaduais e municipais das capitais, além das conselheiras nacionais. Na programação, painéis e trabalhos de grupo, além do lançamento do livro "20 anos de pesquisas sobre aborto no Brasil", organizado pela pesquisadora Débora Diniz, com o apoio do Ministério da Saúde. Para Nilcéa Freire, o seminário representou um momento especial e oportuno em que se faz muito importante definir a institucionalidade de políticas públicas para as mulheres e sua participação no controle social das mesmas. Ela fez uma memória de 1985, quando foi criado o CNDM, até agora, pontuando mudanças de papéis e o surgimento de novas demandas, destacando desafios na economia, na cultura e na política. "Hoje, são prioridades a estadualização e a municipalização do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o aumento da participação feminina nos espaços de poder, a igualdade de gênero no ordenamento jurídico e no mundo do trabalho", exemplificou



Igualdade de gênero em Washington e em Santiago

A ministra Nilcéa Freire, da SPM, participou, no início do mês, como chefe da delegação brasileira, em Washington, da Segunda Sessão Ordinária do Comitê Diretivo da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), da Organização dos Estados Americanos. Em pauta: avanços no tema de eliminação da violência contra a mulher e o fortalecimento do Mecanismo de Seguimento da Convenção de Belém do Pará (MESECVI), oportunidades para as mulheres frente à crise financeira, entre outros assuntos.

Nos dias 7 e 8 de outubro, Nilcéa Freire esteve em Santiago do Chile participando do Seminário sobre os Avanços e Ações Chaves para a Implementação do Programa Ação de Cairo a 15 Anos da sua Aprovação, na sessão Igualdade de Gênero e empoderamento das mulheres. A ministra foi palestrante do Painel "Direitos reprodutivos e violência sexual: políticas e programas". O seminário é organizado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), dentro das comemorações do 15º aniversário da Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento que aconteceram neste ano em diversas partes do mundo.



Três anos de Lei I

A SPM realizou, no dia 6 de agosto, em Brasília, uma solenidade para celebrar os três anos da Lei Maria da Penha na qual lançou o "Prêmio Boas Práticas na Aplicação, Divulgação ou Implementação da Lei Maria da Penha", divulgou o balanço semestral da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 - e apresentou o I Relatório do Observatório de Monitoramento da Lei Maria da Penha. Prestigiaram o evento, o secretário da Reforma do Judiciário, Rogério Favreto, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), a deputada Nilmar Ruiz, a farmacêutica Maria da Penha, que dá nome à lei, a coordenadora do Observatório de Monitoramento da Lei Maria da Penha, Cecília Sardenberg, a vítima de violência doméstica Maria Iracema, convidada especial e ativista da Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, na Bahia, dentre outros.



Três anos de Lei II

O enfrentamento à violência doméstica tem dois momentos

"Nesses últimos anos, tivemos muitos avanços. Costumo dizer que o enfrentamento à violência contra a mulher tem dois momentos. Um antes e outro depois da sanção da Lei Maria da Penha, porque a lei é um marco. Ela traduz o processo de construção do enfrentamento que foi feito por tantas mãos. São trinta anos de luta feminista nesse país. Desde 85, criação da primeira delegacia de atendimento às mulheres, passaram-se mais de vinte anos de inauguração de uma política pública para mulher. Portanto, quando a Lei Maria da Penha é sancionada, ela marca o momento de inflexão positiva no enfrentamento à violência contra a mulher. Ela garante um respaldo legal para as políticas a serem implementadas, e, por outro lado, fomenta na sociedade uma discussão e uma ampliação da visibilidade da violência contra as mulheres que antes não havia", disse a ministra Nilcéa Freire em seu discurso. Durante sua fala, Nilcéa destacou, a partir da Lei Maria da Penha, avanços, desafios, papéis importantes como o do Ministério Público e das

Defensorias Públicas, além de mudanças. "Uma delas é própria organização interna do Judiciário", lembrou.



Três anos de Lei III

O melhor é que a sociedade não precise de uma lei dessa natureza para funcionar com igualdade

Em seu pronunciamento, a juíza e ex-conselheira do Conselho Nacional de Justiça, Andréa Pachá, demonstrou preocupação quanto ao futuro da Lei Maria da Penha. "Num momento em que se discute a efetividade da Lei Maria da Penha, o Congresso prepara uma proposta de reformulação do Código do Processo Penal, procedendo alterações que fulminam uma lei dessa natureza - que tanto tempo nos custou". Ela também falou sobre a importância dos Juizados Especiais e da compreensão dos magistrados sobre o tema e espera que no futuro a Lei não exista mais. "O ideal é que um dia possamos nos encontrar para comemorar o fim da lei, por que o melhor é que a sociedade não precise de uma lei dessa natureza para funcionar com igualdade", disse Andréa Pachá. A farmacêutica Maria da Penha falou sobre as mulheres que sofrem violência doméstica e também lembrou dos filhos órfãos de mães, vítimas dessa violência praticada por seus companheiros. A convidada especial da SPM, Maria Iracema, disse que estava ali como mulher que sofreu violência. "Eu sofri durante vinte anos. Mas um dia eu dei um basta no meu sofrimento e tirei ele (o marido) de casa e resgatei minha autoestima. Hoje sou uma nova mulher e cuido de mulheres em situação de violência".



Prêmio Boas Práticas I

O principal ponto da cerimônia foi o lançamento, pela ministra Nilcéa Freire, do Prêmio de Boas Práticas na Aplicação, Divulgação ou Implementação da Lei Maria da Penha. Criado para estimular a correta aplicação da legislação, o prêmio será concedido às pessoas físicas ou jurídicas indicadas por terceiros, cujos trabalhos ou ações merecem especial destaque no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher por meio da Lei Maria da Penha. São cinco as categorias disponíveis: Implantação de programas e políticas; Criação e implementação de serviços; idealização ou realização de campanhas; realização de estudos e pesquisas; e realização de matérias jornalísticas.



Prêmio Boas Práticas II

As indicações poderão ser feitas na página <http://www.spmulheres.gov.br> até o dia 8 de março de 2010 e os vencedores serão conhecidos em agosto do mesmo ano, durante o quarto aniversário da Lei Maria da Penha. Aos escolhidos serão concedidos diploma e trabalho artístico. Podem concorrer integrantes ou instituições do sistema de justiça, dos executivos estaduais ou municipais, do sistema de segurança pública, da sociedade civil, de instituições acadêmicas, jornalistas e/ou órgãos de mídia.



Observatório de Monitoramento da Lei Maria da Penha

O I Relatório de Validação de Metodologia do Observatório de Monitoramento da Lei Maria da Penha, do Observatório da Lei Maria da Penha (Observe), está disponível na página <http://www.observe.ufba.br>. Trata-se de um levantamento conduzido entre Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Brasília, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belém e Salvador, no período de maio a agosto de 2008. Também traz o Estudo de Caso realizado no Juizado de Violência Doméstica de Cuiabá. A próxima etapa da pesquisa deverá envolver os 26 estados e o DF. No processo de monitoramento da Lei Maria da Penha, o Observe acompanha a implementação dos serviços de atendimento à mulher em situação de violência em todo o Brasil.



Ação Declaratória de Constitucionalidade

Lei Maria da Penha

A ministra Nilcéa Freire se reuniu com o ministro Marco Aurélio Mello e com a secretária-geral da AGU, Grace Mendonça, que na ocasião representava o Advogado-Geral da União, Antonio Dias Tóffoli, no dia 4 de agosto, com o objetivo de solicitar a colocação em pauta no STF da Ação Declaratória de Constitucionalidade da Lei Maria da Penha. Na ocasião, o ministro deu garantias de que o tema entrará em pauta até o fim do ano. A ação tem por objetivo declarar a constitucionalidade e padronizar a aplicação da Lei em todo o território brasileiro. O Ministério Público Federal já deu parecer favorável, mas para que a Lei seja aplicada de maneira uniforme pelo poder judiciário é necessário que a ação seja julgada pelo STF. A Lei Maria da Penha ainda gera dúvidas no poder judiciário. Alguns acreditam que ela deve ser aplicada em benefício dos homens, como aconteceu recentemente no Rio Grande do Sul, ou mesmo negam sua aplicabilidade. Um dos principais argumentos dos juizes para não aplicar a Lei Maria da Penha em decisões é de que ela afrontaria o princípio da igualdade, previsto no artigo 5º da Constituição.



Crime de exploração sexual

O projeto de lei aprovado no dia 11 de agosto, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Exploração Sexual, do Senado Federal, aumentou a punição para este tipo de crime, que agora é considerado contra a dignidade sexual e não contra os costumes. Assim, tanto homens quanto mulheres podem ser vítimas de crimes contra a liberdade e o desenvolvimento sexual. O projeto de lei tramitava no Congresso havia cinco anos. A partir de agora, a pena é aumentada em 50% quando o agressor é o responsável pela vítima ou em casos que resultaram em gravidez. Se houver transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, há um aumento de um sexto à metade do tempo de condenação. Outra mudança importante trazida pela nova lei é a tipificação do crime de tráfico de pessoas. Além disso, foi criada a expressão "estupro de vulnerável" para qualquer ato libidinoso praticado com meninos e meninas de até 14 anos ou contra pessoas com deficiência mental. Neste caso, a pena é de 15 anos de reclusão. Em casos de estupro contra garotas de 14 a 18 anos, a pena é de 12 anos de prisão. Se for seguido de morte, a pena máxima, que hoje é de 25 anos, passa para até 30 anos de prisão. Foi determinado também o aumento da pena para assédio sexual contra menores de 18 anos. A partir de agora, a pena mínima é de 1 ano e 4 meses a 2 anos e oito meses de reclusão. O tráfico de pessoas, se ocorrer no Brasil, terá pena de reclusão de dois a seis anos. Caso seja internacional, vai de três a oito anos. A pena é aumentada da metade, nos dois casos, se a vítima tiver menos de 18 anos ou se sofrer enfermidade ou doença mental.



Guia turístico I

O guia turístico com visão preconceituosa sobre mulheres brasileiras, Rio For Partiers, foi proibido de circular. Essa foi a decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) após recurso apresentado pela Advocacia-Geral da União (AGU), em defesa da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur). Seu conteúdo foi considerado ofensivo à Política Nacional do Turismo e incitante ao turismo sexual. Além disso, a publicação usa irregularmente o selo Marca Brasil, criado para divulgar o país no exterior. O TRF2 determinou à Editora Solcat Ltda. a retirada imediata do material, inclusive da página na internet, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil.



Guia turístico II

Entre as classificações preconceituosas sobre a mulher brasileira, estão "popozuda" ("Máquina de sexo bunduda. O motel é sempre uma possibilidade com essas maravilhas") e "Balzac" ("quer se divertir, dançar, beber e beijar. Trate-as como uma dama que elas te tratarão como um rei, talvez não hoje à noite, mas amanhã com certeza"). O guia também apresenta uma indicação de locais para os turistas que

buscam sexo na cidade do Rio de Janeiro.



Expresso Cidadã I

A SPM e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) inauguraram, nesta sexta-feira (21/08), em Salvador, 13 unidades-móveis (Expresso Cidadã) do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), durante a I Feira da Economia Feminista e Solidária da Bahia. Estiveram presentes a ministra Nilcéa Freire, da SPM, o ministro Guilherme Cassel, do MDA, e o governador da Bahia, Jacques Wagner, representantes de movimentos sociais e movimentos ligados às mulheres. "A construção de um País mais igual tem que ser proporcional a igualdade de direitos conquistados pelas mulheres", disse o ministro Guilherme Cassel, ao se referir às 13 unidades-móveis do Expresso Cidadã. Também falou sobre a relevância do PNDTR. Criada em 2004, a ação já expediu, gratuitamente, mais de 1 milhão de documentos civis básicos em todo o País, beneficiando 450 mil mulheres. Ele lembrou que a mulher no meio rural sempre foi um pilar de sustentabilidade da família. Ele destacou, também, os mais de 35 mil contratos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), na modalidade Mulher, que representam a aplicação de R\$ 250 milhões para empreendimentos dirigidos por mulheres no País.



Expresso Cidadã II

A ministra Nilcéa Freire salientou que, por meio das políticas públicas, as mulheres começam a traçar seus destinos com o reconhecimento da sua produção no campo e na floresta. "Os avanços refletem não apenas nas mulheres, mas em toda a sociedade brasileira. Assim é que se pode construir um Brasil sustentável", frisou. Durante o evento, ainda foi lançada a campanha "Mulheres Donas da Própria Vida". Um spot foi veiculado sobre o tema, que tem como foco o combate à violência da mulher no campo e na floresta.



Expresso Cidadã III

As unidades- móveis são ônibus adaptados para emissão de documentos civis e trabalhistas. Cada Expresso Cidadã custou R\$ 513 mil. Com o lançamento de mais 13 unidades, já são 15 Expressos atuando no País. A estimativa é de que até o final de 2010 uma frota de 27 ônibus e dois barcos esteja à disposição do Programa de Documentação. Além da Bahia, as unidades do Expresso Cidadã passam a atender, neste ano, os estados do Ceará, Pernambuco, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Roraima, Tocantins, Rondônia, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará e Acre. As unidades possuem mais autonomia e poderão chegar a comunidades de difícil acesso para a emissão de documentos.



Mutirões

Em quatro anos do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, por exemplo, foram realizados 1.750 mutirões em mais de dois mil municípios brasileiros, resultando na emissão de mais de um milhão de documentos e 450 mil mulheres atendidas. O nordeste é a região com mais documentos expedidos: 503.278 mil.



Margarida Alves

Trabalhadoras e trabalhadores rurais homenagearam, no dia 12 de agosto, durante o 2º Grito da Terra Nordeste, em Natal, a sindicalista Margarida Alves. Na ocasião, a Contag e a SPM lançaram a campanha Mulheres Donas da Própria Vida, de combate à violência contra mulheres do campo e da floresta. Participaram do evento, a ministra Nilcéa Freire, da SPM e a secretária nacional da Contag, Carmen Foro. Em 12 de agosto de 1983, ela foi assassinada na porta de sua casa por latifundiários do grupo Várzea, na cidade paraibana de Alagoa Grande. Por causa de sua coragem e luta em defesa dos direitos de mulheres e

homens do campo, ela se tornou símbolo da luta das trabalhadoras rurais.



Trabalhadoras domésticas I

Trabalhadoras domésticas do Brasil, Bolívia, Guatemala e Paraguai se reuniram, de 21 a 23 de agosto, em Brasília, para defender a criação de uma convenção internacional para a regulamentação do trabalho doméstico. O encontro intensifica a mobilização da categoria nos países da América Latina e Caribe para assegurar a igualdade de direitos trabalhistas na 99ª Conferência Internacional do Trabalho, que acontecerá em 2010, em Genebra. O trabalho doméstico representa 4 a 10% da força de trabalho dos países em desenvolvimento. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), na América Latina somente 23% das trabalhadoras domésticas possuem benefícios de seguridade social.



Trabalhadoras domésticas II

No Brasil, a Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) se posiciona pela criação de convenção internacional - instrumento com equivalência de legislação nacional nos países signatários. A entidade é porta-voz de 8 milhões de profissionais e pretende encaminhar ao governo federal suas demandas trabalhistas, para subsidiar uma Proposta de Emenda Constitucional de equiparação de direitos com as demais categorias profissionais. Com representação da Confederação Latino-americana e Caribenha das Trabalhadoras Domésticas, a Oficina Nacional das Trabalhadoras Domésticas: Construindo o Trabalho Decente vai encaminhar o posicionamento da categoria para as centrais sindicais brasileiras. Essa é a instância da sociedade civil consultada no processo da 99ª Conferência Internacional do Trabalho. O encontro é uma das estratégias de fortalecimento da articulação das trabalhadoras domésticas na América Latina. Conta com o apoio da SPM, UNIFEM Brasil e Cone Sul - por meio de assessoria técnica e política do Programa Gênero, Raça e Etnia -, OIT, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea).



Diálogos sobre segurança pública I

A ministra Nilcéa Freire, da SPM, apresentou à imprensa os resultados do estudo Mulheres: Diálogos sobre Segurança Pública, elaborado com o apoio dos Organismos da ONU (UNODC, UNIFEM, UNFPA), da Fundação Friederich Ebert Stiftung (FES), do Ministério da Justiça e da Coordenação da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg). Também estavam presentes autoridades, especialistas e pesquisadores em Segurança Pública que acompanharam os encontros e algumas das mulheres que participaram dos debates. Realizada em sete cidades do país - Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Belém e Canoas, a iniciativa reuniu 213 mulheres de diferentes ocupações, orientações sexuais e religiosas para discutir o problema da violência. O objetivo do estudo, inédito no Brasil, foi identificar a visão das mulheres e suas propostas para melhoria da segurança pública.



Diálogos sobre segurança pública II



Captar o olhar feminino a respeito da violência urbana para incorporá-lo na formulação de políticas para a área de segurança pública foi a proposta da iniciativa "Mulheres - Diálogos sobre Segurança Pública", lançada no dia 24 de abril, pela SPM, no Rio de Janeiro. O "Diálogos" foi realizado em parceria com o UNIFEM, UNFPA e UNODOC, com o objetivo de traduzir a percepção das mulheres sobre as diferentes dimensões da violência e da segurança pública através da realização de um diálogo entre mulheres pertencentes a diferentes grupos e segmentos sociais. Além do Rio, até junho, foram promovidos encontros em seis cidades (São Paulo, Salvador, Recife, Belém, Belo Horizonte e Canoas) reunindo um grupo de 30 mulheres de diferentes perfis - classe social, cor, idade e profissão. Os encontros reuniram donas de casa, médicas, ex-presidiárias, prostitutas, pescadoras, professoras, socialites, entre outras. Em seu discurso no lançamento dos Diálogos, a ministra Nilcéa Freire, da SPM, destacou a importância de ouvir as vozes das mulheres e destacou o papel de mediação social exercido pelas mulheres em diferentes dimensões da vida e da atividade humana. Ela enfatizou ainda a intersecção entre as diferentes violências existentes na sociedade brasileira. O trabalho foi realizado utilizando a metodologia de diálogos interativos, desenvolvido pelo físico David Bohm e adaptado pela consultora Nádia Rebouças que é a mediadora do evento. Todas as iniciativas foram acompanhadas por especialistas em violência e segurança pública, de diferentes áreas de formação e conhecimento, como psicólogos, filósofos, sociólogos e antropólogos, que vão produzir uma análise das discussões.



Mulheres e a crise econômica I

Foi divulgado, em julho, por meio de uma coletiva, o Boletim Mulher e Trabalho: A crise econômica internacional e os (possíveis) impactos sobre a vida das mulheres. O estudo é uma parceria entre a SPM, o Ipea, o IBGE e a OIT - no âmbito do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Seu objetivo é identificar e monitorar os impactos da crise econômica sobre homens e mulheres a partir da análise dos indicadores de mercado de trabalho no período de setembro de 2008 a abril de 2009. Participaram da divulgação, a subsecretária de Planejamento da SPM, que na ocasião representava a ministra Nilcéa Freire, a diretora regional do escritório da OIT no Brasil, Laís Abramo, Natália Fontoura, representante do Ipea, e Luana Simões, gerente de projetos da SPM.



Mulheres e a crise econômica II

As principais conclusões apontam para uma interrupção da feminização do mercado de trabalho no Brasil metropolitano. Há redução nos postos ocupados (queda de 3,1% no nível de ocupação feminina, contra 1,6% dos homens) e aumento da inatividade feminina no período. Já entre os homens verifica-se aumento das taxas de desemprego mais que proporcionalmente que a verificada para as mulheres (24,1%, contra 11,2%). Os dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE) revelam também a existência de substituição da mão-de-obra masculina por feminina na construção civil (-3%, contra + 17%). Na indústria, as mulheres perderam mais postos: -8,38%, contra -4,81% dos homens.



Seis anos de Ouvidoria I

A Ouvidoria da SPM fez aniversário em junho. Durante esses seis anos de existência, o serviço recebeu cerca de 2000 demandas que foram cuidadosamente analisadas e encaminhadas conforme especificidades. De janeiro a maio deste ano, foram registrados 195 casos, uma média 39 demandas por mês. Parte significativa desse total deve-se à busca por informações sobre a Lei Maria da Penha (33%), políticas públicas da SPM (29%) e denúncias (22%). No campo das denúncias, a violência doméstica está em destaque (35%), seguida de relatos de discriminação (16%). A região Sudeste foi a que mais entrou em contato com a Ouvidoria, com 50% do total das ligações. São Paulo é o estado que mais utiliza o serviço, com 21,25%; em segundo lugar, está Rio de Janeiro, com 16,8% e Minas Gerais, em terceiro com (9,3%).



Seis anos de Ouvidoria II

Criada em 2003, pelo Decreto nº 4.625 de 21 de março de 2003, a Ouvidoria da SPM foi a primeira Ouvidoria Pública no Brasil destinada às mulheres e às questões de gênero. O serviço tem como objetivo ser um canal de diálogo entre o governo federal e as mulheres brasileiras para fornecer informações, ouvir opiniões, denúncias e reclamações. A Ouvidoria da SPM compõe-se de uma equipe multidisciplinar da área jurídica e social e trabalha em parceria com diversos órgãos, como Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, Advocacia-Geral da União, Ouvidorias Públicas, Ministério Público Federal, Polícia Federal, entre outros. Ela trabalha em parceria com o 180 para receber e encaminhar os registros de ocorrência de cárcere privado e tráfico de mulheres. Também evidencia a importância da Rede de Atendimento, fortalecendo vínculos, através dos encaminhamentos cotidianos aos serviços especializados da Rede, em âmbito estadual e municipal, como Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Centros de Referência, Conselhos da Mulher, Núcleos de Gênero das Defensorias Públicas, bem como diversos organismos governamentais e não governamentais de atendimento à mulher.



Mulheres e a crise econômica III

Nesse período, o mercado de trabalho formal passou por um processo de feminização. Isso vai contra ao que foi verificado para o restante da economia, pois foram os homens os que mais perderam postos de trabalho formais (580.639, frente a 5.273 para as mulheres). As mulheres foram mais empregadas no comércio (88,8%) e nos serviços (78,3%). Há indícios de precarização neste setor: os salários de contratação das mulheres foram sempre inferiores aos dos homens no período analisado, ou seja, parece haver substituição de salários mais altos por mais baixos. Este fenômeno acontece inclusive entre os trabalhadores de maior escolaridade, com as mulheres sendo admitidas com salários que equivalem a 65% dos masculinos. Leia a íntegra do boletim.



Declaração de Belém I

Os governos do Suriname e do estado do Pará aprovaram a Declaração de Belém. O documento propõe medidas de combate ao tráfico de seres humanos estabelecido através da fronteira entre Brasil e Suriname. A Declaração de Belém traz em seu texto as recomendações e conclusões dos grupos de trabalho do I Encontro Binacional Brasil - Suriname, com o tema Diálogos sobre Atenção à Migração Feminina entre Brasil e Suriname, realizado entre 14 e 15 de maio, em Belém. [Acesse aqui a Declaração de Belém](#)



Declaração de Belém II

O evento foi promovido pelo governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, em conjunto com a SPM, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes e a ONG Sódireitos. Os objetivos foram fortalecer a articulação das organizações governamentais e da sociedade civil organizada no Brasil e no Suriname para promover ações integradas de atenção à migração feminina entre os dois países, através de um encontro binacional, com o fortalecimento da articulação das

organizações governamentais e da sociedade civil.



Brasil-Suriname

O Encontro Binacional Brasil - Suriname é considerado uma das principais estratégias do Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, aprovado pelo governo do Pará em abril deste ano. As ações traçadas pelo plano possuem três finalidades: prevenção, atenção às vítimas e repressão ao crime. O plano estadual tem como base o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Governo Federal e ambos seguem as diretrizes propostas pela Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.



Progresso das Mulheres no Mundo I

A apresentação do relatório bianual "Progresso das Mulheres no Mundo 2008/2009", cujo tema central é "Quem responde às mulheres?", aconteceu no dia 30 de março, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), nas presenças da ministra Nilcéa Freire, da SPM, da diretora executiva do Unifem, Inês Alberdi, da representante do Unifem Brasil e Cone Sul, Ana Falú; da deputada estadual e presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Inês Pandeló (PT-RJ), entre outras parlamentares e representantes de instituições da sociedade civil e do Sistema ONU. O documento trata dos dados sobre a situação das mulheres no mundo. O Brasil é mencionado no relatório com um dos países com grandes avanços no enfrentamento à violência contra as mulheres e com instrumentos de mensuração das políticas para as mulheres: Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres e Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Mas são apontados como desafios urgentes a presença e a valorização do trabalho das mulheres e a ocupação feminina nos espaços de poder e decisão.



Progresso das Mulheres no Mundo II

A ministra Nilcéa Freire ressaltou a necessidade das mulheres assumirem maior poder político no país. "O Brasil figura quase como o lanterninha da representação das mulheres no Parlamento. Nós acabamos de instituir uma comissão tripartite - Executivo, Parlamento e sociedade civil - para fazer uma revisão da legislação sobre cotas eleitorais", informou. O objetivo do trabalho da comissão é examinar por que os 30% da cota obrigatória de candidatas não se transformam em um percentual semelhante de mulheres eleitas. "Quanto à presença de mulheres nos parlamentos nacionais, o Brasil está muito atrás, tem um percentual muito baixo. Por outro lado, é líder nas iniciativas de combater as desigualdades e a violência", disse Inês Alberdi, diretora executiva do Unifem durante o lançamento no Brasil do relatório Para a deputada estadual Inês Pandeló, não basta a legislação brasileira prever cota de 30% de candidatas mulheres nas eleições. "Onde tem cotas, foi ampliada a participação feminina em espaços de poder, incluindo na política. Mas estamos vendo que não basta só ter a vaga na chapa. São precisos outros instrumentos, como a reforma política, com o financiamento público de campanha e a possibilidade de mais mulheres assumirem esse espaço", afirmou. O ato de lançamento, realizado no plenário da Alerj, também contou com a deputada federal Cida Diogo (PT-RJ), a vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, deputada Alice Tamborindeguy (PSDB), e as deputadas Sula do Carmo (PMDB) e Beatriz Santos (PRB), membros da comissão, além do coordenador do Escritório da Unesco no Rio, Pedro Lessa; da coordenadora da Unicef no Rio, Luciana Ferro, e da diretora do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM), Cecília Soares.



Progresso das Mulheres no Mundo III

O relatório aponta como desafios urgentes: a maior participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, a garantia de políticas públicas que assegurem os direitos das mulheres e a responsabilização do poder público em relação às políticas para as mulheres. Uma das constatações mais importantes do documento é a classificação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) como uma das três legislações mais

avanzadas para enfrentamento da violência contra as mulheres no mundo. Está ao lado da Lei de Prote  o contra a Violência de Gênero da Espanha (2004). O "Progresso das Mulheres no Mundo 2008/2009" alerta para a possibilidade de descumprimento dos Objetivos do Mil  nio (ODMs) na perspectiva da igualdade de gênero até 2015, prazo em que todos os objetivos devem ser atingidos. Apesar de alguns avanços, o relatório verifica atraso na maioria dos ODMs, sobretudo na perspectiva das mulheres.



3  Jornada da Lei Maria da Penha

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a SPM e o Ministério da Justiça através da Secretaria de Reforma do Judiciário, realizaram, no final de março, a 3  Jornada de Trabalho sobre a Lei Maria da Penha, com a presença do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ, ministro Gilmar Mendes, da subsecretária de Enfrentamento   Violência contras as Mulheres, da SPM, Aparecida Gonçalves, que na ocasião representava a ministra Nilcéa Freire, e da farmacêutica Maria da Penha Fernandes, cujo caso inspirou a edi  o da lei. A inten  o foi aperfeiçoar o atendimento nas varas e dar mais eficácia.



Lei Maria da Penha I

Dados do levantamento parcial da eficácia da Lei Maria da Penha revelam que 2% dos processos concl  idos resultaram em condena  o ao agressor. De setembro de 2006 ao fim de 2008, houve julgamento em 75.829 processos desse tipo, com 1.801 casos de puni  o. As estatísticas também mostram que as mulheres ainda se arrependem das denúncias - especialmente nos casos em que dependem financeiramente do agressor. Dos 150.532 processos abertos, 13.828 acabaram arquivados em seguida, porque a vítima retirou a queixa. A desistência corresponde a 9% dos casos. Os CNJ e referem-se a varas especializadas de 15 estados.



Lei Maria da Penha II

Os números também mostram que as supostas vítimas de violência doméstica ficam desprotegidas do acusado de agressão após a queixa. No período, foram feitos 88.972 pedidos de medidas protetivas. Apenas 19.400 foram concedidas, correspondentes a 22% dos pedidos. Entre as medidas previstas na Lei Maria da Penha estão a obriga  o de o acusado deixar o lar e o impedimento de se aproximar da vítima. O CNJ contabilizou 878 casos de reincidência por parte dos agressores. Do total de queixas, 41.957 foram transformadas em a  es penais e 19.803, em a  es cíveis. No primeiro caso, a pena pode ser de prisão. No segundo, indeniza  o para compensar danos morais sofridos. O levantamento informa que foram decretadas 915 prisões preventivas e 11.175 prisões em flagrante contra os agressores. Hoje, 23 unidades da federa  o têm varas especializadas em violência doméstica contra a mulher, mas só 15 enviaram dados ao CNJ - e de forma parcial.



Reze para o diabo voltar ao inferno I

O Dia Internacional da Mulher começou com a exibi  o do filme da diretora Gini Reticker "Reze para o Diabo voltar ao Inferno" (Pray the Devil back to Hell), em 22 municípios de todas as regiões do país. A ministra da SPM, Nilcéa Freire, esteve no cinema Odeon, no Rio de Janeiro, para assistir a estréia do documentário na companhia da



ouvidora da Petrobras, Maria Augusta Carneiro Ribeiro, da consultora para assuntos de diversidade da Petrobras, Vânia Santana, e de representantes do movimento de mulheres do estado do Rio de Janeiro. Na abertura do filme, Nilcéa Freire fala às mulheres brasileiras sobre a temática deste 8 de março "Mais Mulheres no Poder". O documentário é filmado na Libéria e trata da utilização do poder por mulheres com a finalidade de construir a paz.



Reze para o diabo voltar ao inferno II

É uma história verídica e uma lição de solidariedade e unidade dada pelas mulheres liberianas. É um exemplo de como o ativismo e a militância podem alterar a história das nações. Ao longo dos seus 72 minutos, o documentário conta a história de corajosas mulheres liberianas - avós, mães, esposas, filhas, irmãs - cristãs e muçulmanas - que uniram sua força e seu poder pelo fim das guerras em seu país e pelo início de uma era de paz, ultrapassando todas as diferenças existentes entre elas. Hoje, a Libéria tem à frente de seu governo, como consequência do movimento empreendido pelas mulheres, uma mulher: a presidenta Ellen Johnson Sirleaf. Segundo ela, "essa é uma história verdadeira que precisa ser contada ao mundo, apesar de suas lembranças ainda provocarem um certo medo na Libéria".



Mais Mulheres no Poder: Uma questão da democracia I

Este ano, a SPM promoveu, nos dias 9 e 10 de março, em Brasília, o seminário "Mais Mulheres no Poder: Uma questão da democracia". A iniciativa fez parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher. Na abertura, foi lançado o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero que tem como objetivo dar visibilidade, fortalecer e ampliar as ações do Estado Brasileiro para a promoção da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres. Ele é uma iniciativa da SPM em parceria com instituições governamentais, não-governamentais, universidades, agências internacionais e representantes da sociedade civil.



Mais Mulheres no Poder: Uma questão da democracia II

Em seu pronunciamento, o presidente Lula anunciou que transformará a SPM em Ministério. "Vamos mandar transformar a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres num Ministério para a ministra Nilcéa ter mais independência". Segundo Lula, o status de Ministério garante liberdade orçamentária que gera impacto direto na elaboração e execução de políticas públicas. "A Secretaria cumpriu um papel extraordinário, mas ainda há muito a conquistar e ser feito. Valeu a pena ter criado a Secretaria. Quando eu deixar a Presidência daqui dois anos, terei a honra de dizer que no meu governo as mulheres subiram um degrau", afirmou o presidente sob aplausos.

Na ocasião, o presidente mostrou-se descontente com a excomunhão da equipe médica por ter seguido os procedimentos de aborto legal em uma menina de nove anos, estuprada pelo padrasto em Pernambuco.

"Como Chefe de Estado tenho que tratar o aborto como uma questão de saúde pública", salientou.



Observatório Brasil da Igualdade de Gênero

Desde o dia do seu lançamento, em 9 de março, o Observatório já conta com um site www.observatoriodegenero.gov.br. Ele funciona por meio de grupos de trabalho que farão o monitoramento e produzirão análises e conteúdos sobre indicadores, políticas públicas, comunicação e mídia e legislação e legislativo. Neste ano, seu foco temático é Mulheres, Poder e Decisão. Seu projeto se baseia em quatro áreas de atuação: produção e análise de indicadores sociais, políticas públicas, legislação e legislativo e comunicação e mídia. Esses eixos vão possibilitar o monitoramento e a análise das políticas públicas para redução das desigualdades de gênero, construção e monitoramento de indicadores de gênero, monitoramento da mídia sobre os temas mulheres e gênero e acompanhamento da participação do Brasil em instâncias internacionais de promoção dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero.



População é favorável a política de cotas I

A maioria da população brasileira (75%) é favorável à política de cotas para mulheres na política e apóia a punição dos partidos políticos (86%) que não cumprem a atual legislação que prevê 30% de candidaturas femininas. Isso é o que revela a pesquisa Ibope/Instituto Patrícia Galvão/Cultura Data, com apoio da SPM, realizada entre os dias 13 a 17 de fevereiro, com 2002 entrevistas em 142 municípios de todas as regiões do país. A divulgação da pesquisa se insere nas celebrações do Dia Internacional da Mulher, e no capítulo V do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que prevê ações pela ampliação da participação das mulheres nos processos de tomada de decisão e nas instâncias de poder da sociedade brasileira. [Veja a íntegra da pesquisa](#)



População é favorável a política de cotas II

Os resultados da pesquisa revelaram que a maioria dos brasileiros (83%) concorda com a idéia de que a presença de mulheres no poder melhora a política nesses espaços; 75% admitem que só há democracia, de fato, se elas estiverem nos espaços de poder e 73% confirmam que a população brasileira ganha com a eleição de um maior número de mulheres. O apoio majoritário a mais mulheres na política ocorre em todos os segmentos da amostra, tanto demográficos, como nas diferentes regiões do país.



Violência doméstica no Brasil I

O Instituto Avon, o Ibope e o Instituto Patrícia Galvão divulgaram no último dia 14, em São Paulo, a pesquisa "Percepções sobre a Violência Doméstica contra a Mulher no Brasil", que conclui que a violência que ocorre em casa, entre quatro paredes, é a maior preocupação das brasileiras. Elas temem o marido, o namorado e o ex-parceiro violentos muito mais que a AIDS, o câncer e a violência urbana. Foram ouvidas no mês de fevereiro, 2002 pessoas -- homens e mulheres acima de 16 anos -- em todas as regiões do país e todas as classes sociais. Participaram da apresentação da pesquisa, a ministra Nilcéa Freire, da SPM, o presidente do Instituto Avon, Luis Felipe Miranda, a pesquisadora Fátima Pacheco Jordão, e a diretora do Instituto Patrícia Galvão, Jaciara Melo.



Violência doméstica no Brasil II

Os dados:

- A violência doméstica é o tema que mais preocupa as mulheres (56%), seguido do aumento da AIDS entre elas. Em terceiro lugar, aparece o assédio sexual. Na sequência vêm: doenças como câncer de mama e útero; formas de evitar filhos e legalização do aborto. Dividir as tarefas de casa com o marido está em décimo lugar.

- 55% dos entrevistados conhecem casos de agressões a mulheres.
- Medo de morrer caso rompa a relação é vista como a principal causa para a vítima continuar com o agressor (17%)
- 39% dos que conhecem uma vítima, tomaram alguma atitude de colaboração com a mulher agredida.
- Cresceu de 68% para 78%, entre 2008 e 2009, o conhecimento da Lei Maria da Penha.
- 51% defendem a prisão do agressor; 11% pregam a participação dele em grupos de reeducação como medida jurídica.
- A maioria não confia na proteção jurídica e policial à agredida.
- 44% acreditam que a Lei Maria da Penha já vem surtindo efeitos.
- 48% acreditam que exemplo dos pais aos filhos previne a violência entre homens e mulheres.
- Para a população, a questão cultural e o alcoolismo estão por trás da violência.



Se você não quiser mais receber este informativo, [clique aqui](#).

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes -
Zona Cívica Administrativa
70150-900 Brasília DF
Telefone:: (61) 3411-4330 e 3411-4246
spmulheres@spmulheres.gov.br www.spmulheres.gov.br